

20-07-2022

ORDEM DO DIA:

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 15 de junho de 2022.
2. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 06 de julho de 2022.

II

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. OBRAS PARTICULARES

- 1.1 - Emissão de parecer ao abrigo do art.º 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Filipe Samuel Perdigão Moleiro e Liliana da Águeda Paulo (prédio inscrito sob o artigo 29, secção H, freguesia de Sapataria).

III

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

- 1.1 – Isenção do Pagamento de Taxas – art. 22.º, n.º 5 do Regulamento de Taxas do Município – Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço – Sunset.
- 1.2 - Hasta Pública para concessão do direito de uso privativo da Loja 1 do Mercado Municipal – Fixação das condições.

IV

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

1. Outros assuntos de interesse do Município.

Sobral de Monte Agraço, 15 de julho de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º

Ata n.º 14

**Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 20 de julho de 2022**

Aos 20 dias do mês de julho de 2022, nesta vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Maria de Fátima da Cruz Simões Estevão, Luís Miguel Henriques Soares, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Elisabete Maria Oliveira Camilo, em substituição. Também esteve presente Ana Maria Pereira Caiado Lousa, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretária. _____
Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas e 02 minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número **136** de terça-feira, dia 19 de julho de 2022, cujo total de disponibilidades é de **€1.450.947,64**, sendo **€1.138.152,14** de operações orçamentais e **€312.795,50** de operações não orçamentais. _____

2. O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **1435 a 1493**, num valor total de **€161.795,24**. _____

3. **Marcação e justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal** (artigo 39.º, alínea c) da Lei número 75/2013, de 12 de setembro) _____

O Sr. Presidente informou que a Sra. Vereadora Carla Alves, por motivo de gozo de férias, e que o membro seguinte da lista, Sr. Joaquim Ribeiro, por motivos pessoais, não poderiam estar presentes na reunião da Câmara Municipal, tendo, por isso, sido solicitadas as respetivas substituições. Neste sentido, informou que a Sra. Vereadora Carla Alves seria substituída pela Sra. Elisabete Camilo. _____

Assim, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, aceitar as razões apresentadas e justificar as faltas, nos termos da alínea c), do artigo 39.º, da Lei 75/2016, de 12 de setembro, aceitando as substituições, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 79.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

4. **Outros assuntos** (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro) _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz apresentou a Moção intitulada "*O Sobral está Doente*". A Sra. Vereadora Fátima Estevão referiu que ficou combinado na reunião anterior o envio do documento para que todo o executivo pudesse ler e analisar. _____

O Sr. Vice – Presidente corroborou as palavras da Sra. Vereadora Fátima Estevão, reiterando que efetivamente ficou acordado, atendendo à dimensão do texto e a algumas contradições de conteúdo, o envio do documento para realização de uma leitura mais atenta do mesmo. Referiu, ainda, que à data foi demonstrada disponibilidade para proceder a algumas alterações para que fosse aprovada uma moção consensual a todo o executivo, ressalvando não concordar com o ponto 5 do documento. Disse que a falta de médicos no Concelho é um problema que carece de uma solução urgente e que o resultado final não pode ser desassociado do caminho para a sua resolução. Referiu, ainda, que parecia ser uma moção pouco séria e apresentada de forma a parecer fazer parte de um número de mediatismo para a internet. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que se trata de uma matéria demasiado séria para fazer parte de um número, salientando que o único número sério corresponde à quantidade de utentes sem médico de família. Referiu que é uma temática que efetivamente tem sido falada. Todos tinham presente as conclusões da reunião havida com o Sr. Diretor Regional da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, faltando, na sua opinião, um diálogo construtivo. Mais referiu que, em democracia, não permitia ao Sr. Vice – Presidente que chamasse moção pouco séria ao documento apresentado, ressalvando que sério é o assunto da moção. Disse que naturalmente o documento tem as suas referências e amplitude, mas que nunca efetuou qualquer menção à seriedade das moções já apresentadas. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estevão referiu que há um ano o Partido Socialista realizou um abaixo-assinado sobre a falta de médicos no Concelho e, à data, a situação não era tão grave. Também a CDU já realizou a mesma diligência e agora estava presente a moção do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz. Questões partidárias à parte, disse que o importante é dar passos que permitam resolver a situação ou pelo menos atenuar o problema existente, atendendo a que grande parte da população não tem médico de família. Relativamente à moção, disse que efetivamente o texto contempla algumas questões partidárias que podem ser revistas. Disse que, na sua opinião, os três partidos devem unir esforços para junto da tutela reivindicar uma solução. Mencionou que, em Conselho de Ministros, foram tomadas medidas que poderão atenuar, mas que não resolverão o problema. Finalmente, disse que não se sentia confortável com o ponto 6 da moção, tendo este, efetivamente, uma componente partidária. ____

O Sr. Vice – Presidente referiu que, para além do ponto 6, referido pela Sra. Vereadora Fátima Estevão, não podia concordar com o ponto 5, onde se lamenta a ação do executivo camarário, quando a responsabilidade é da tutela. Relativamente às medidas tomadas para resolver a falta de médicos, referiu que não existem medidas concretas para o efeito e que, na sua opinião, o projeto “Bata Branca” não será a solução. _____



O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz ressaltou que o ponto 4 da moção acautela que a culpa não é da Autarquia. _____

O Sr. Presidente referiu que, independentemente da política, é uma situação extremamente preocupante e para a qual a Autarquia já tinha vindo a alertar. Ressaltou que o executivo é composto por todas as forças partidárias e que realmente é uma situação demasiada séria para que se ande a fazer números. Disse que o problema já foi abordado junto de diversas entidades que referem que esta é uma situação normal. Referiu que o Sr. Primeiro-ministro tinha a vontade política de que todos tivessem um médico de família, mas parecia não estar a conseguir cumprir o pretendido. Disse que a situação no Concelho não pode ser tratada de forma leviana, atendendo a que grande parte da população não tem atribuído um médico de família. Referiu, ainda, que já foi solicitado, várias vezes junto da ARSLVT, a realização de nova reunião, porém, até a data não houve da parte daquela entidade disponibilidade para o efeito. Disse que a situação é incomportável, referindo que o Município está de luto pela saúde no Concelho. Relativamente à moção, disse concordar com o assunto da mesma, todavia, não se sentia realmente confortável com o ponto 6 e relativamente ao ponto 5 compreendia o desconforto causado ao Sr. Vice - Presidente, não sendo agradável para qualquer um dos membros do executivo. _____

Continuando a sua intervenção, disse não acreditar que o recurso a médicos reformados ou o projeto “Bata Branca” sejam a solução. Neste âmbito, disse ter contactado com um médico, residente no Concelho, mas afeto a um outro Centro de Saúde, que se demonstrou disponível para integrar a USF Costa Campos, caso assim o permitam. Neste sentido, disse ter falado com o Sr. Diretor do ACES OesteSul – Dr. António Martins – que ficou de verificar a viabilidade da situação. Por fim, disse que a falta de médicos está a causar constrangimentos enormes, ressaltando que 85% da população não tem médico de família, que as pessoas têm de se deslocar para o centro de saúde, muito cedo, para conseguirem uma consulta, lamentado que ao fim de tantos anos, a população tenha de voltar a este registo. Referiu, ainda, que a saída de médicos para o setor privado também tem comprometido a prestação deste serviço público.

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz demonstrou disponibilidade para ajustar a moção. ____

O Sr. Vice – Presidente saudou a atitude e flexibilidade do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz para reformular o documento apresentado de forma a torná-lo consensual a todo o executivo. _

O Sr. Presidente corroborou as palavras do Sr. Vice – Presidente, salientando que está é uma matéria séria de mais, para que o executivo não esteja unido. _____

“Moção _____

“O Sobral está doente” _____

O PPD/PSD e CDS-PP na coligação “JUNTOS PELA NOSSA TERRA” apresentam a seguinte



moção à Reunião de Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço reunida em 20 de Julho de 2022. _____

Considerando: _____

1 – De acordo com o inscrito na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 64º, onde se afirma no seu primeiro número “Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover”, sendo que de acordo com o número 2, alínea a) é referido que o direito à saúde é efectuado “através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”. Estando inscrito no número 3 nas alíneas a) e b), que “incumbe prioritariamente ao Estado” garantir o acesso de todos os cidadãos independentemente da sua condição económica, bem como “garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde”. _____

2 – Lamentamos veemente, que muito em breve iremos ter apenas um médico disponível para os 10.541 habitantes do nosso concelho. Lamentamos igualmente que tenhamos apenas um profissional de saúde disponível para uma população cada vez mais envelhecida e com poucos meios para aceder a cuidados de saúde condignos, mas também uma população que não tendo opção terá que forçosamente se deslocar para os prestadores de saúde privados ou para o hospital central que nos serve, provocando um cada vez maior constrangimento sobre os seus serviços. _____

3 – Que a situação de falta de médicos no nosso concelho é algo que já se vem a arrastar ao longo dos anos, sendo que estamos a atingir hoje o ponto mais baixo em termos de número de prestadores de cuidados de saúde. Todos temos assistido ao infeliz espetáculo de profissionais de saúde que se foram reformando ao longo dos anos e cujas vagas não são preenchidas por outros profissionais em número suficiente, bem como vamos assistindo a concursos para contratação de médicos de medicina geral e familiar e cujas vagas não são preenchidas. _____

4 – Reconhecemos que o problema do Serviço Nacional de Saúde, é algo que transcende esta Câmara Municipal e cuja resolução não será obtida rapidamente, mas julgamos ser da responsabilidade desta alertar e exigir soluções para os problemas dos nossos fregueses. _____

5 – Lamentamos que os apelos do actual executivo camarário, bem como os anteriores executivos, tenham sido ignorados junto dos governos e particularmente no anterior liderado pelo PS e coadjuvado pelo PCP e pelo BE. Ressalvamos como evidência disso, a reunião com o Sr. Director Regional da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, no passado mês de Agosto, onde apesar da presença de todo o executivo municipal, não houve capacidade de diálogo e de reivindicação junto da tutela, bem como da parte da tutela, também não existiu disponibilidade para encetar um diálogo construtivo tendo em vista a resolução dos problemas dos

Sobralenses, demonstrando uma manifesta falta de respeito pela nossa população. _____

Assim sendo: _____

1 – Manifestamos o nosso mais profundo desagrado pela situação que estamos a viver e solicitamos que este executivo camarário encete todos os esforços para encontrar soluções junto da tutela, para que os nossos concidadãos possam ter acesso aos cuidados de saúde e aos médicos que precisam. _____

2 – Solicitamos igualmente ao Executivo que, solicite com carácter urgente uma reunião com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, para que se possa dar a conhecer o desagrado, bem como a frustração com que a nossa população vive, assim como se lancem as bases para construção de uma solução que permita aos sobralenses terem mais médicos. _____

3 – Solicitamos que em caso de aprovação, esta moção seja enviada para todos os órgãos autárquicos, Direção Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Diretor ACES Oeste Sul, Gabinete da Senhora Ministra da Saúde e Senhor Secretário de Estado da Saúde, bem como para todos os líderes dos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, Gabinete do Senhor Primeiro Ministro e Casa Civil do Senhor Presidente da República. _____

4 – Solicitamos que esta moção seja enviada para os meios de comunicação social nacionais e regionais. _____

Sobral de Monte Agraço, 20 de Julho de 2022 _____

Os Proponentes, JUNTOS PELA NOSSA TERRA, uma coligação PPD/PSD e CDS-PP” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estevão, ainda a propósito da temática da saúde, referiu que o facto de não terem sido abertos lugares para colocação de médicos no Concelho, nos últimos procedimentos concursais, promovidos pela ARSLVT, também não ajudou na resolução do problema. A acrescentar ainda à situação, referiu que também não é fácil vir morar para o Concelho, atendendo às dificuldades em termos de habitação e às poucas condições de mobilidade. _____

O Sr. Presidente ressaltou que foi alertando para a falta de médicos no Concelho, tendo sido prestada a informação de que iriam ser encetados procedimento concursais onde o Sobral seria contemplado, porém, tal não se veio a verificar. Referiu que o Concelho está bem localizado, perto de tudo, existindo médicos a residir na zona, mas que trabalham em outros locais. Referiu que a falta de médicos pode ser verificada por todo o país, reiterando que muitos destes profissionais têm passado para o privado devido às melhores remunerações e condições de trabalho. _____



1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 15 de junho de 2022 _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, sem a votação do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz e da Sra. Vereadora, em substituição, Elisabete Camilo, por não terem estado presentes – artigo 34.º, número 3, do CPA -, aprovar a referida ata. _____

2. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 06 de julho de 2022 _____

Nos termos do artigo 29.º, número 1, do CPA, conjugado com o artigo 54.º, número 1, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o assunto foi retirado da Ordem do Dia por não haver quórum para aprovação do ponto em virtude do Sr. Presidente, do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz e da Sra. Vereadora, em substituição, Elisabete Camilo, não votarem por não terem estado presentes. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estevão, na sequência da sua comunicação a propósito das atas, reiterou que deve ser repensada a gravação das reuniões de Câmara. Salientou o esforço dos trabalhadores na elaboração dos documentos e referiu que compreendia a dificuldade na transcrição, todavia, algumas não estavam a ser apresentadas da melhor forma e de modo a que os munícipes compreendessem as matérias discutidas. Referiu que a gravação facilitaria o trabalho de quem as elabora, mas também ao próprio executivo. _____

O Sr. Presidente referiu que efetivamente algumas matérias discutidas podiam ser mais confusas para os munícipes, porém, não achava que estivessem assim de tão difícil compreensão. Referiu que a experiência já efetuada, em termos de gravação/transcrição de uma reunião, não correu muito bem, todavia, a sugestão seria analisada. _____

II

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. OBRAS PARTICULARES _____

1.1 – Emissão de parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Filipe Samuel Perdigão Moleiro e Liliana da Águeda Paulo (prédio inscrito sob o artigo 29, secção H, freguesia de Sapataria) _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Emissão de parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto – Requerente Filipe Samuel Perdigão Moleiro e Liliana da Águeda Paulo (prédio inscrito sob o artigo 29, secção H, freguesia de



Sapataria) _____

Considerando que: _____

- A) Em 15 de julho de 2022, deu entrada nos serviços do Município, um requerimento em nome de **Filipe Samuel Perdigão Moleiro e Liliana da Águeda Paulo**, solicitando a emissão de um parecer ao abrigo do artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de aquisição do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 2419 e inscrito na matriz predial rústica, sob o artigo 29, secção H, da freguesia de Sapataria; _____
- B) Dispõe o artigo 54.º do diploma referido, nos números 1 e 2 que “A celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal do local da situação dos prédios” e “O parecer previsto no n.º anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”; _____
- C) Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea A) da presente proposta, foi elaborada a informação da DOUA, datada em 15 de julho de 2022, anexa à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos, tendo, na mesma data o Presidente da Câmara, em 15 de julho de 2022, proferiu o seguinte despacho: “Concordo. À próxima reunião de Câmara”. _____

Propõe-se que: _____

- 1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto que não se opõe à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 2419 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 29, secção H, da freguesia de Sapataria. _____
- 2 – A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere ainda que a emissão de parecer favorável não significa concordância com a edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime do PDM, da REN ou RAN. _____
- 3 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, também, que deverá constar da certidão a emitir reprodução da informação dos serviços técnicos do Município, datada de 15 de julho de 2022, nos termos da qual se refere: _____
- “O prédio rústico n.º 29, secção H, da freguesia de Sapataria está inserido em Área Urbana Nível IV - Silveira, categoria de espaço urbano, área urbanizada mista, em zona a reabilitar, de



acordo com os Artigos 9.º e 10.º do regulamento do P.D.M. e em espaço agrícola, área agrícola não incluída na RAN, de acordo com o Artigo 27.º do regulamento do P.D.M.” _____

Sobral de Monte Agraço, 15 de julho de 2022 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei 64/2003, de 23 de agosto que não se opõe à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes relativamente ao prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Sobral de Monte Agraço sob o número 2419 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 29, secção H, da freguesia de Sapataria. _____

Deliberou, ainda, por unanimidade, que a emissão de parecer favorável não significa concordância com a edificação, loteamento ou urbanização, devendo sempre ser respeitado o regime do PDM, da REN ou RAN. _____

Deliberou, também, por unanimidade, que deverá constar da certidão a emitir reprodução da informação dos serviços técnicos do Município, datada de 15 de julho de 2022, nos termos da qual se refere: _____

“O prédio rústico n.º 29, secção H, da freguesia de Sapataria está inserido em Área Urbana Nível IV - Silveira, categoria de espaço urbano, área urbanizada mista, em zona a reabilitar, de acordo com os Artigos 9.º e 10.º do regulamento do P.D.M. e em espaço agrícola, área agrícola não incluída na RAN, de acordo com o Artigo 27.º do regulamento do P.D.M.”. _____

III

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

1.1 – Isenção do Pagamento de Taxas – artigo 22.º, número 5 do Regulamento de Taxas do Município – Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço - Sunset _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Isenção do Pagamento de Taxas – artigo 22.º, número 5 do Regulamento de Taxas do Município – Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço – Sunset _____

Considerando que: _____

A) O Regulamento de Taxas do Município de Sobral de Monte Agraço, foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respetivamente, em 23 e 30 de abril de 2010 e publicado no Diário da República, 2.ª Série, número 89, de 07 de maio de 2010; _____

B) Em 13 de julho de 2022, a Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço, veio solicitar a licença para realização de um SUNSET no dia 23 de julho de 2022, tendo sido elaborada a

informação, datada de 13 de julho, que se anexa à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, onde se refere que nos termos do número 5, do artigo 22.º do citado Regulamento "... pode ainda, a Câmara Municipal isentar ou reduzir as taxas devidas pela utilização de imóveis do Município e a ocupação de espaços públicos para fins artísticos e culturais..."; _____

C) Na informação melhor identificada na alínea B) da presente proposta, a Coordenadora Técnica, em substituição da Chefe de Divisão da DAF, em 13 de julho de 2022, emitiu o seguinte parecer: "Ex.mo Senhor Presidente, tendo em consideração o teor da informação, proponho o deferimento do pedido em referência, bem como a isenção do pagamento das respectivas taxas", tendo, em 14 de julho de 2022, o Presidente proferido o seguinte despacho: "Concordo, à próxima reunião de Câmara". _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove a isenção das taxas devidas pela emissão de licenças para realização de um SUNSET, no valor total de €31.20, nos termos do artigo 22.º, número 5 do Regulamento de Taxas do Município de Sobral de Monte Agraço. _____
Sobral de Monte Agraço, 15 de julho de 2022 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º" _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção das taxas devidas pela emissão de licenças para realização de um SUNSET, no valor total de €31.20, nos termos do artigo 22.º, número 5 do Regulamento de Taxas do Município de Sobral de Monte Agraço. _____

1.2 – Hasta Pública para concessão do direito de uso privativo da Loja 1 do Mercado Municipal – Fixação das condições _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

"Proposta _____

Hasta Pública para concessão do direito de uso privativo da Loja 1 do Mercado Municipal – Fixação das condições _____

Considerando que: _____

A) Nos termos do disposto nos artigos 112.º, número 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea a), do número 2, do artigo 53.º e na alínea a), do número 6, do artigo 64.º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi elaborado o Regulamento do Mercado Municipal – aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2008; _____

B) Se encontra por concessionar a Loja número 1 do Mercado Municipal, importa, por isso, lançar novo procedimento de hasta pública para o efeito; _____



C) Em 15 de julho de 2022, foi elaborada uma informação, subscrita pelo Chefe de Gabinete, Dr. Sérgio Bogalho, relativamente à necessidade de proceder à abertura de um novo procedimento de hasta pública para concessionar a Loja 1 do Mercado Municipal, tendo na mesma data, o Presidente proferido o seguinte despacho: "Concordo, à DAF para elaborar proposta para reunião de Câmara"; _____

D) O Decreto-lei 390/82, de 17 de setembro, que regulava a concessão de exclusivos por parte das autarquias locais foi revogado pelo Código dos Contratos Públicos, estando esta matéria excluída do âmbito de aplicação do citado Código, importa todavia, e à luz dos princípios que norteiam a atividade administrativa, designadamente o princípio da concorrência, igualdade e transparência, deverá a adjudicação ser precedida do procedimento hasta pública; _____

E) Foi elaborada, pelos serviços da DAF, uma informação contendo as condições da hasta pública do direito de uso privativo da Loja 1 do Mercado Municipal, a qual se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos; _____

F) A hasta pública deverá decorrer diante de uma Comissão, nomeada pelo executivo municipal, composta em número ímpar, por três elementos efetivos e dois suplentes, a quem compete dirigir a praça. _____

Propõe-se que: _____

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, de acordo com o disposto no Regulamento do Mercado Municipal e dos princípios que norteiam a atividade administrativa constante do CPA, aprovar as condições da hasta pública do direito de uso privativo da Loja 1 do Mercado Municipal, de acordo com a informação anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

2 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere nomear a comissão que dirigirá a praça, composta pelos seguintes elementos: _____

Membros efetivos: _____

Presidente da Comissão – Dr.ª Ana Lousa, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira; _____

1.º Vogal - Raquel Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos (a quem compete substituir o Presidente da Comissão nas suas faltas e impedimentos); _____

2.º Vogal - Raquel Lima – Coordenadora Técnica da Secção de Expediente, Taxas e Licenças.

Membros suplentes: _____

Andreia Nunes – Assistente Técnica, _____

Vera Gomes – Assistente Operacional. _____

Sobral de Monte Agraço, 15 de julho de 2022 _____



O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º" _____

O Sr. Presidente referiu que a proposta apresentada visa a abertura de procedimento de Hasta Pública para a Loja 1 do Mercado Municipal, atendendo a que foi demonstrado interesse na exploração do espaço. Referiu, ainda, que foi equacionada a integração da Loja 4 no procedimento - espaço cedido para posto de testagem Covid-19. No entanto, esta ainda não se encontra disponível por parte da Delegação de Saúde. Ainda neste âmbito, referiu que foi solicitado novamente, pela referida entidade, a cedência do Pavilhão Multisserviços para vacinação para os meses de setembro, outubro e novembro. _____

Referindo-se ao procedimento da Hasta Pública da Loja 8 – Restaurante -, disse que o espaço foi arrematado, prevendo-se a sua reabertura no mês de setembro. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz demonstrou a sua satisfação pela procura das Lojas do Mercado Municipal, sendo esta uma forma de criar mais alguma dinâmica na zona. _____

O Sr. Presidente comentou que, há alguns anos, os valores base de licitação destes espaços eram mais avultados, tendo estes vindo a ser reduzidos. Ainda neste âmbito, referiu que apenas as rendas têm sido aumentadas de acordo com as atualizações anuais. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estevão corroborou as palavras do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz. No seguimento das palavras do Sr. Presidente quanto aos valores base de licitação, disse que esta redução não era bom sinal, refletindo a fraca procura que existe no Concelho. _

O Sr. Presidente, apesar da intervenção da Sra. Vereadora Fátima Estevão, disse que de um modo geral, e pese embora os valores exorbitantes que têm sido praticados, no momento, não existem lojas e casas para arrendar na Vila. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, de acordo com o disposto no Regulamento do Mercado Municipal e dos princípios que norteiam a atividade administrativa constante do CPA, aprovar as condições da hasta pública do direito de uso privativo da Loja 1 do Mercado Municipal, de acordo com a informação anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

Deliberou, ainda, por unanimidade, nomear a comissão que dirigirá a praça, composta pelos seguintes elementos: _____

Membros efetivos: _____

Presidente da Comissão – Dr.ª Ana Lousa, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira; _____

1.º Vogal - Raquel Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos (a quem compete substituir o Presidente da Comissão nas suas faltas e impedimentos); _____

2.º Vogal - Raquel Lima – Coordenadora Técnica da Secção de Expediente, Taxas e Licenças.

Membros suplentes: _____

Andreia Nunes – Assistente Técnica, _____

Vera Gomes – Assistente Operacional. _____



IV

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

1. Outros assuntos de interesse do Município _____

O Sr. Vice – Presidente, no âmbito da candidatura WiFi4EU, informou que foram reforçados novos espaços públicos com internet, nomeadamente, Posto de Turismo, CILT, Parque Radical, Escola EB1 Santo Quintino e Sobral de Monte Agraço, Piscina Municipal, Pero Negro (Largo dos Freixos), Forte do Alqueidão e Cineteatro. Relembrou os espaços onde já existem disponíveis pontos wifi: Praceta António Luís Borges, Parque Verde das Bendorreiras, junto ao Espaço do Cidadão, Praça Dr. Eugénio Dias, Praceta 25 de Abril, Mercado Municipal e na zona envolvente às Juntas de Freguesia. _____

Deu conhecimento do projeto Oeste Adapta - Planeamento da Adaptação Climática Municipal na Região Oeste, dinamizado pela OesteCIM, o qual, no momento, se encontra na fase de diagnóstico. Referiu que o projeto é composto por 3 componentes - Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, Programa de capacitação em planeamento e montagem de operações de adaptação às alterações climáticas e Sensibilização regional e local para as alterações climáticas - que visam dotar os Municípios do Oeste de instrumentos de promoção da adaptação climática e de recursos humanos preparados para assegurar a sua implementação e monitorização, mas também de comunidades locais informadas e preparadas para lidar com as mudanças climáticas. Por fim, referiu que já estão definidos alguns objetivos/metast a atingir e que, no 4.º trimestre do ano, realizar-se-á um evento onde será apresentado o trabalho já realizado. _____

Continuando a sua intervenção, demonstrou a sua satisfação pela dinâmica que a Piscina Municipal está a ter com o Programa Sobral Vive o Verão, o qual irá decorrer até ao mês de agosto. Neste seguimento, referiu que também o curso intensivo de natação, destinado a crianças dos 7-13 anos, está a ter uma participação considerável. Ainda em termos de ocupação de tempos livres dos mais jovens, destacou os Programas Sobral Vive as Férias e Sobral a Brincar. Fez também uma referência aos atletas do Vikings Sports Club - Sobral de Monte Agraço, que têm participado em várias iniciativas de carácter competitivo e obtido excelentes resultados. Por último, e apesar da intervenção da Sra. Vereadora Fátima Estevão sobre as atas, disse que não podia deixar de enaltecer o trabalho realizado e o esforço feito para que, mesmo em período de férias, os documentos estejam em dia. Referiu que efetivamente não é um trabalho fácil e que naturalmente poderá ser sempre melhorado, todavia, reiterou o esforço efetuada pelo serviço coordenado pela Sra. Chefe de Divisão, Dra. Ana Lousa. _____



A Sra. Vereadora Fátima Estevão solicitou informação sobre os concursos para dirigentes. A propósito do novo ano letivo que se aproxima, referiu que chegou ao seu conhecimento a existência de alguns constrangimentos com as vagas de ATL, solicitando esclarecimentos. No âmbito de abertura de avisos/procedimentos para obtenção de financiamentos, disse que gostaria de perceber quais as candidaturas que foram realizadas pela Autarquia. Referindo-se às Festas e Feira de Verão, questionou sobre qual o valor previsto para realização das mesmas. A propósito das vias municipais em mau estado, destacou o estado degradado em que se encontra a Av. Marquês de Pombal, em alguns troços, perguntando se está equacionada alguma intervenção. Solicitou informação sobre a previsão de conclusão das obras na EB1 de Pero Negro. Por último, referindo-se à nova brochura municipal, parabenizou a Autarquia pela publicação, estando muito digna e de grande qualidade. Contudo, salientou que a mesma data do mês de abril de 2022, mas só agora está a ser divulgada. Mais referiu, que os textos/mensagens esplanadas também não estão muito explícitas quanto à sua temporização, pois alguns estão datados, outros não, e que algumas notícias já deviam ter sido publicadas há um ano. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz parabenizou todos os que estiveram envolvidos na preparação da nova publicação, mais moderna e apelativa, destacando o profissionalismo na sua elaboração, a qualidade do papel e o cuidado textual. Destacou, ainda, a nova rubrica – “*À conversa com ...*” –, sendo muito interessante e sugerindo o convite corrente a todo o tipo de personalidades independentemente de eventual simpatia partidária. Na rubrica da culinária tentar incluir e promover receitas tradicionais do Concelho. À semelhança da Sra. Vereadora Fátima Estevão, chamou a atenção para o desfase temporal da publicação, dando exemplos como, a referência nesta altura ao 25 de Abril de 2021 e não ao do presente ano. ____

O Sr. Presidente referiu que a publicação engloba as notícias referentes às iniciativas ocorridas entre o último boletim municipal e a data de 15 de abril, sendo que, efetivamente, devido ao atraso na entrega do papel para o efeito, a sua divulgação sofreu mais algum atraso. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz solicitou esclarecimentos sobre a instalação da ETVO no Concelho de Arruda dos Vinhos, lembrando que, apesar de a Autarquia não ter voto na matéria, a infraestrutura terá impacto no Concelho de Sobral. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre obras futuras na rede de saneamento em geral no concelho, obras previstas em Casais S. Martinho. Relativamente a alguns constrangimentos verificados na recolha de lixo, na freguesia de Sapataria, perguntou porque razão ocorreram os mesmos. Solicitou um ponto de situação sobre a obra de modernização da Linha do Oeste. Por último, atendendo à situação preocupante dos fogos que assola o País, perguntou se no Concelho ocorreu alguma situação de maior gravidade. _____

O Sr. Presidente, dando resposta às questões apresentadas, informou que estão a decorrer as entrevistas do procedimento concursal inerente aos Cargos de Direção Intermédia de 3.º grau, sendo que, relativamente aos de 2.º grau, ainda não tinha sido encetado o processo. Quanto ao novo ano letivo, referiu que existe um constrangimento com o cumprimento dos pressupostos no âmbito da componente Escola a Tempo Inteiro. Porém, disse que há intenção de solucionar a questão, estando a situação a ser acompanhada. Relativamente a candidaturas submetidas para financiamentos, referiu que foi submetida uma candidatura ao Programa Bairros Comerciais Digitais e que estão a ser analisadas mais duas candidaturas através da OesteCIM. Referiu que nenhuma das candidaturas referidas diz respeito a grandes obras estruturantes, não tendo sido abertos avisos para o efeito. No que concerne às Festas e Feira de Verão, disse que, no final do certame, será apresentado o habitual mapa financeiro. _____

Continuando a sua intervenção e relativamente ao asfaltamento das vias, disse que têm sido feitos alguns trabalhos, por administração direta, e que serão lançados alguns concursos para o efeito. No que concerne à Av. Marquês de Pombal, disse que as intervenções necessárias serão realizadas pela empresa responsável pela instalação das infraestruturas de gás (conduta principal e ramais de ligação às habitações) e após a conclusão dos trabalhos. Quanto à data de conclusão da empreitada “Requalificação da Escola Básica de Pêro Negro”, disse que no momento não tinha presente a informação. Relativamente à ETVO, em Arruda dos Vinhos, disse que foi realizada uma auscultação à população, tendo esta sido contra a construção da mesma. Neste sentido, deu conta que o Sr. Presidente de Arruda dos Vinhos referiu que irá cumprir a vontade da população. Quanto ao saneamento básico, disse que os trabalhos que estavam a ser realizados estão concluídos e que estão a ser realizados estudos para duas novas intervenções. Sobre os constrangimentos na recolha de lixo, disse que a avaria num veículo de recolha de RSU’s e a greve comprometeu toda a organização do serviço. Por último, a propósito dos fogos, disse que não se têm verificado ocorrências no Concelho e que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários auxiliou outras Corporações (Ourém e Ota). Referiu, ainda, que os serviços municipais têm efetuado várias notificações para limpeza de terrenos, contudo, existem algumas situações que não enquadram na legislação em vigor. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estevão, no seguimento das palavras do Sr. Presidente sobre candidaturas a fundos, lamentou a impossibilidade de se obter financiamentos que permitam realizar obras essenciais no Concelho, como por exemplo na área da requalificação urbana. Voltou a pedir esclarecimentos sobre o asfaltamento da Avenida Marquês de Pombal, pois, tendo em conta o aviso da Autarquia sobre a matéria, tinha entendido que as obras para implementação da conduta de gás, nesta rua, estavam terminadas. _____

O Sr. Presidente referiu que as obras a decorrer consistem na instalação da conduta principal, sendo que, numa segunda fase, será efetuada a ligação às habitações (ramais) o que dará

origem a novos trabalhos nas vias municipais. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estevão, no âmbito da transferência de competências em termos de Educação, solicitou informação sobre as condições de execução para o próximo ano letivo e ponto de situação sobre o concurso das refeições escolares. Perguntou, ainda, se já foi rececionado o parecer jurídico sobre o exercício de funções do Sr. Coordenador de Proteção Civil. _____

O Sr. Presidente, relativamente à temática da Educação, disse que tudo está a correr bem, tendo sido instalada e realizada a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento da Descentralização, no dia 15/07/2022, sendo que a próxima reunião desta comissão, terá lugar no dia 17/08/2022. _____

Com a anuência do Sr. Presidente, a Dra. Ana Lousa referiu que relativamente às condições para o próximo ano letivo, e decorrente da reunião havida, o Sr. Delegado Regional adiantou alguma informação sobre os valores inerentes à realização de obras estruturais, verba que poderá ainda ser reformulada. Foram, ainda, abordadas as verbas relativas às refeições e transportes escolares, as quais estão a ser alvo de negociação. _____

O Sr. Vice – Presidente informou que está ser equacionado junto da ValorSul um reforço/colocação de ecopontos em novos pontos do Concelho, sendo que esta intervenção ocorrerá nos meses de outubro/novembro, altura em que a entidade recebe novos equipamentos. No que concerne à transferência da competência da Educação, referiu que tem sido feito o possível para que tudo corra da melhor forma, salientando toda a colaboração da Direção do Agrupamento de Escolas para que assim aconteça. Referiu que a Autarquia delegou as competências possíveis na Direção do Agrupamento de Escolas. Todavia, não podia de deixar lamentar o facto de algumas competências, que são universais e que deviam ser asseguradas de igual forma por todo o país, ficarão comprometidas, pois os Municípios não têm todos a mesma capacidade financeira. Salientou que a descentralização de competências não começou da melhor forma e que, na presente data, ainda está em falta a publicação de várias portarias. _____

O Sr. Presidente, no seguimento da intervenção do Sr. Vice – Presidente, disse que esta é uma matéria que será muito complicada em termos de futuro, pois irá ultrapassar as capacidades dos Municípios, designadamente financeiras. Destacou, também, a excecional relação institucional com a Direção do Agrupamento de Escolas. _____

Continuando a sua intervenção, o Sr. Presidente informou que a obra da Linha do Oeste está parada, aguardando uma solução. Referindo-se às estradas nacionais, disse que tem dado conta, junto da entidade competente, do estado em que aquelas se encontram. Todavia, de acordo com a IP não existem verbas disponíveis para proceder às reparações necessárias. Referiu, ainda, que transmitiu que, enquanto for Presidente de Câmara, nunca irá aceitar a

transferência para a Autarquia da EN 374 e EN 115, tendo apenas dado abertura para que seja apresentada uma proposta de transferência quanto a EN 248. Por fim, lamentou a forma como as coisas vão sendo impostas às Autarquias, sem o devido apoio financeiro. _____

V

ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Estava presente o Sr. Bernardino Cardoso que cumprimentou todo o executivo. Relativamente à falta de médicos no Concelho, que é uma situação muito preocupante, perguntou se o Sr. Presidente admitia o encerramento do USF Sobral/Sapataria. _____

O Sr. Presidente disse que nunca irá consentir o encerramento dos espaços de unidade familiar, todavia, a Autarquia não tem qualquer voto na matéria, receando não ter forma de impedir a situação de encerramento, caso esta venha a ocorrer. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que a falta de médicos é extremamente preocupante, lamentando que não tenha sido ponderada uma solução para o Concelho de forma antecipada. Referiu, ainda, que ser médico consiste numa vocação muito específica, que o número de vagas disponíveis para o efeito é diminuta levando a que alguns estudantes acabem por frequentar outras especialidades, para depois se verificar esta falta de profissionais por todo o país, que é lamentável. _____

Estava presente a Sra. Dolores Ramalho que referiu que efetivamente a falta de médicos no Concelho é preocupante. Todavia, disse que é uma situação que se arrasta há muitos anos e que teve a conivência dos vários Governos, tratando-se de uma questão política. Disse que em algumas zonas da Vila - Av. Marquês de Pombal (junto a uma passadeira) e Praceta Luís de Camões -, existem algumas depressões no pavimento que podem por em perigo a passagem de peões com menos mobilidade. _____

Na sequência da intervenção da Sra. Dolores Ramalho, o Sr. Presidente referiu que a questão da falta de médicos não se trata de uma questão política, ressaltando que o partido que representa nunca foi Governo, sendo uma situação realmente preocupante. Relativamente ao estado das vias na Vila, disse que a empresa que está a proceder à instalação das condutas de gás ainda não terminou os trabalhos e que só após a conclusão dos mesmos, serão realizadas intervenções de reparação. _____

Estava presente a Sra. Leonor Santos que solicitou um ponto de situação sobre o fornecimento de água à sua propriedade em Cabêda. _____

O Sr. Presidente referiu que a Autarquia já tem orçamento relativo ao prolongamento da conduta até ao local, solicitando que a município se deslocasse aos serviços, na próxima segunda-feira, para tratar do assunto com o trabalhador responsável pelo processo, Eng.º Rodrigo Oliveira. _____

Também estava presente o Sr. Joaquim Manuel Biencard Cruz que congratulou a Autarquia pelas iniciativas que têm decorrido e levado as crianças à praia. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião às 20 horas e 41 minutos, para constar se lavrou a presente ata que eu Ana Maria Pereira Caiado Lousa redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____

A Secretária: _____